

# ...até canibal vira vegetariano

**D**esde que os humanos perceberam a existência do outro, sempre elaboraram julgamentos, construções, representações sobre esse outro estranho, mais ou menos familiar, a quem se opunham ou a quem, por outras vezes, se aliavam. Representações que davam base a um imaginário transportado para mitos, figuras pictóricas, desenhos, palavras, escritos, imagens pintadas, filmadas, fotografadas, cientificamente explicadas, ideologicamente construídas, midiaticamente exploradas.

A antropologia, ciência social e biológica, constituída na segunda metade do século XIX, tem dedicado mais de século e meio à questão fundamental de entender a relação “nós e

**SOLANGE MARTINS  
COUCEIRO DE  
LIMA** é professora  
do Departamento de  
Comunicações e Artes da  
ECA-USP.

os outros”. Nessa tentativa, elaborou o conceito de etnocentrismo para tentar definir e compreender algo que ocorre nesse encontro, desde sempre e universalmente: pensamos o outro a partir do nós e assim eles nos parecem “bárbaros”, “selvagens”, “primitivos”, ou inferiores, infiéis, atrasados, in-

capazes e outros tantos termos que o homem, ser por excelência da palavra, criou para separar a humanidade, classificá-la e hierarquizá-la. A antropologia também, no caminho da busca de palavras, conceituou preconceito, discriminação e estereótipo, entre outros termos, para entendê-los como decorrência desse etnocentrismo disseminado pela nossa espécie. Mostrou que a base para a discriminação se situou na cultura, nos costumes estranhos, nas crenças, na existência ou não de alma, no aspecto físico, chegou a apoiar-se na Bíblia e, por fim, encontrou até um caminho científico que explicava a diferença relacionando atributos físicos, raciais e morais e, com isso, justificava a existência de raças superiores que ganhavam o direito de escravizar as inferiores. A própria antropologia, na sua fase constitutiva, deu sua contribuição para essa “ciência” que, ao ser desacreditada, nas primeiras décadas do século XX, já havia feito estragos suficientes para alimentar “corações e mentes” do ser humano até nossos dias.



Não é minha intenção, porém, revisitare esses conceitos. Os estudos já feitos em torno deles esmiuçaram, de modo quase exaustivo, as questões do que passamos a chamar de racismo. As ciências sociais no Brasil, desde os anos 50, quando se realizaram as pesquisas do projeto patrocinado pela Unesco, e posteriormente nos anos 60, quando se publicaram os resultados desses estudos, até os dias de hoje, vêm contribuindo de modo substancial para o diagnóstico e análise, cada vez mais ricos, da situação racial no Brasil, enquanto envolve os segmentos branco e negro. Captada através de um espectro muito amplo de situações, percebida na sua diversidade e na variedade com que se apresenta, essa situação foi cada vez mais caracterizada como racista. Palavra que no início dos estudos, nos anos 60 e 70, era considerada forte e inadequada para caracterizar a situação racial brasileira e que, se comparada com a de outras sociedades como, por exemplo, a americana, era considerada mais branda.

Gradativamente, o termo racismo foi sendo usado com menos restrições e mais coragem pelos pesquisadores. Esses também tiveram seu perfil étnico alterado ou diversificado nas duas últimas décadas do século XX e no início do XXI. Até meados dos anos 80, com raras exceções, pesquisadores que estudavam a questão racial brasileira, quando relacionada a brancos e negros, eram na sua grande maioria brancos. A partir dos anos 80 vem se formando uma nova geração de pesquisadores afrodescendentes interessados em aliar o discurso acadêmico de suas dissertações e teses a uma ação de luta por mudanças no sentido de uma sociedade racialmente mais justa. Essa realidade é um dos maiores ganhos que o meio acadêmico obteve em anos mais recentes, e se alinha com o movimento intelectual no mundo que produz pensadores e estudiosos que refletem sobre a diversidade a partir da sua própria ótica de serem diferentes nos seus próprios países ou nas sociedades que adotaram como segunda pátria, a partir de uma diáspora que cruza fronteiras e mundos criando "identidades descentradas". Assim, o olhar de dentro, em que pese envolver a

necessidade de exorcizar emoções, contém um incomensurável ganho para a democratização da comunidade acadêmica.

As pesquisas se ampliaram para além das áreas tradicionais da história, da sociologia, da antropologia, e vêm abrangendo também a comunicação, campo no qual se travam batalhas ideológicas e no qual se formam opiniões, constroem-se representações pelo poder da palavra e da imagem. Assim, em várias universidades do Brasil, programas de pós-graduação têm contemplado estudos teóricos sobre questões raciais em diferentes situações, além de contemplar reflexões teóricas sobre racismo e mestiçagem em nosso país. Não é o objetivo deste artigo realizar levantamento desses estudos mas, apenas para exemplificar, citamos que, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, orientei, de 1993 até a presente data, nove pesquisas de mestrado e doutorado realizadas por alunos negros, o que representou exatamente 50% do total de orientações feitas por mim nesse período. Se isso, de um lado, é alentador, há um outro dado numérico que poderá nos levar a outras reflexões: a ECA tem apenas um professor negro que faz parte do seu corpo docente. E isso há não mais de dois anos!

A baixa representatividade numérica do afrodescendente no corpo docente da USP nada mais é do que reflexo de uma situação que se verifica em outras esferas dos campos político, econômico e empresarial, ou seja, em praticamente toda a estrutura da sociedade brasileira, exceção da base da pirâmide, onde os afrodescendentes dividem posições com os brancos e, às vezes, os superam numericamente.

Desde o início dos anos 80, estudos e pesquisas apontam para desigualdades raciais gritantes no que se refere a mortalidade, educação, emprego e salários, atingindo sempre desfavoravelmente a população negra. Nos anos recentes, órgãos de pesquisa freqüentemente divulgam dados estatísticos que autorizam afirmar que as mudanças ainda não atingiram esse segmento e, quando a população tem seus índices relacionados à qualidade de vida melhorados, o fosso entre brancos e negros persiste.

É hoje aceito e voz corrente na comunidade acadêmica que, entre as razões que podem explicar essa desigualdade entre brancos e não-brancos em nossa sociedade, a persistência de práticas racistas é uma das mais fortes. Assim, para além de aceitarmos o termo *racismo* no vocabulário acadêmico, é preciso que a sociedade como um todo enfrente não só a palavra, mas a sua existência. Não me parece uma tarefa fácil, pois, mesmo quando o substantivo é usado, ele é adjetivado, como, por exemplo, na pesquisa empreendida pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 1995 que, na edição comercial, tem como subtítulo “A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil” e o título “Racismo Cordial”.

As mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas do século XX trouxeram à tona problemas que apontam para o racismo surgindo (ou ressurgindo?) nas mais diversas regiões do planeta e envolvendo os mais diferentes grupos étnicos. Países europeus, depois da descolonização, recebem seus antigos colonizados numa situação que, ao longo dos anos, se caracteriza não mais como mão-de-obra, mas de emigração. Segundas e terceiras gerações desses emigrantes vindos da África, de países árabes, da Índia, do Paquistão e de outros locais onde a chamada civilização ocidental estendeu seu domínio, querem agora ter cidadania com plenos direitos e não desejam continuar a se sentir cidadãos de segunda classe. Clamam por emprego, moradia e educação, e denunciam o preconceito, a discriminação, o racismo de que são vítimas. Antes dominados, hoje batem à porta do colonizador, que os vê como ameaça “a sua civilização”, uma vez que os movimentos reivindicatórios explodem frequentemente com violência, como ocorreu recentemente em Paris.

O novo desenho que o mundo ganhou, depois da queda do muro de Berlim, do regime comunista e da extinção da União Soviética, reacendeu rivalidades e provocou guerras étnicas, genocídios e outros crimes. No Oriente Médio os conflitos entre palestinos e judeus, ou entre muçulmanos de diferentes etnias, continuam impedindo convivência entre esses povos. Países afri-

canos que lutaram pela sua descolonização estão há décadas tentando se recompor em meio ao mundo esfacelado que herdaram. Os Estados Unidos, país formado por sucessivos movimentos migratórios, não acomodaram sequer ainda suas minorias mais antigas, como os afro-americanos, nem as mais recentes, como latinos e asiáticos.

A contrapartida de manifestações e exacerbações racistas é a formação de movimentos que buscam combatê-las e criam um clima propício ao debate para desmascarar as várias formas, explícitas ou camufladas, em que o racismo aparece nas sociedades, tanto nos momentos de conflito como em situações do cotidiano.

Os exemplos citados acima e muitos outros que ocorrem no mundo levam muitos brasileiros a avaliar que, por não ocorrerem aqui, vivemos numa ilha de paz e que a decantada democracia racial, desmascarada pelas ciências sociais desde os anos 50, na verdade grassa entre nós, a despeito de intelectuais e estudiosos a terem contestado desde há muito. É esquecido que a mendicância, o abandono de crianças que vivem e se drogam nas ruas, a violência, as inúmeras “Cidades de Deus” que se multiplicam no Brasil, o tráfico de drogas e outros problemas que atingem brancos mas, ainda mais, aqueles a quem, historicamente, oportunidades de inclusão social têm sido negadas, são expressão de um conflito interno que, incorporado ao nosso cotidiano, acaba se naturalizando como parte dele.

É inegável e meritória a realização de pesquisas, estudos, dissertações de mestrado e teses de doutorado dedicadas a essa temática. A divulgação desses trabalhos tem também uma importância que deve ir muito além de enriquecer currículos acadêmicos, pois a publicação dos mesmos deve alimentar o conhecimento daqueles que detêm poder, seja político, seja econômico ou de informar, para que soluções sejam projetadas com bases sólidas. O debate de representantes da academia e do mundo da ciência com a comunidade, no seu mais amplo espectro, é também um caminho que poderá contribuir para ações transformadoras.

Entendo que a *Revista USP*, ao dedicar espaço para o tema racismo e questões raciais, está indo ao encontro dessa contribuição. Assim, na seqüência deste texto, pretendo também dar um passo nessa direção, passo que optei por não ser teórico, mas narrativo de exemplos pontuais que poderão aferir, em pequena mas não necessariamente sem importância medida, alguns momentos em que podemos captar opiniões, situações e representações nas quais o racismo aparece sem “dizer seu nome”. Outras em que debates importantes que poderiam levar à tomada de decisões que mudariam a vida de milhares, talvez milhões de pessoas, são superficialmente tratados.

Primeiramente, para me manter fiel aos estudos de mídia e questões étnicas relacionadas ao afrodescendente, caminho que percorro desde os anos 70, apresento material colhido no jornal *O Globo* dos dias 9, 10 e 11 de fevereiro de 2006, dias que se seguiram à aprovação de projeto que implanta reserva de vagas nas universidades públicas federais. Não se trata de pesquisa sistemática, mas o interesse pelo material recolhido foi orientado pela importância que penso ter esse tema para a população brasileira, em geral, e afrodescendente, em especial. Procuo relatar o conteúdo e o formato como as matérias foram apresentadas em cada dia. Incluo também o relato do editorial do jornal sobre o tema e das cartas dos leitores que foram selecionadas para publicação. Embora faça comentários que representam minha visão da matéria e do tema, gostaria de deixar ao leitor a construção da sua própria visão.

*O Globo* dedicou três dias seguidos à notícia do Projeto Substitutivo da deputada Iara Bernardi, relatora do mesmo, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Câmara dos Deputados, que institui cotas de 50% de vagas para alunos de escolas públicas nas universidades e escolas técnicas federais, parte delas destinada a estudantes negros e índios. O projeto deverá seguir para o Senado.

No dia 9 de fevereiro o jornal informa sobre a aprovação mostrando que, apesar de divergir em alguns pontos do projeto do

MEC, que ainda tramita – como por exemplo, na questão dos prazos de implantação: 4 anos no Substitutivo e 10 no do MEC –, recebeu apoio do secretário-executivo daquele órgão. Ainda na coluna informativa, o coordenador do Movimento dos Sem Universidade considerou uma vitória que deve estender-se aos cerca de 89% dos dez milhões de alunos matriculados no ensino médio público do país. Considera que esse projeto representa quebra de privilégios e seu significado é de “abolição”. Acompanhando a notícia, na mesma página, um *box* com o título “Cotas de 50% Ferem o Princípio da Igualdade” trata de ouvir especialistas, professores universitários de direito. No corpo da matéria, entretanto, os três especialistas em direito constitucional mostram dúvidas quanto a se a inclusão de alunos de escola pública poderia corrigir desvantagens históricas de grupos sociais, pois o aluno de escola pública, em si, não estaria necessariamente em desvantagem, e consideram que ações afirmativas se destinam a grupos que historicamente sofreram discriminação, como mulheres, índios e negros. Outras opiniões dos entrevistados colocam em dúvida se os 50% propostos não seriam excessivos, admitindo índices menores. Quanto à constitucionalidade, o teor de suas declarações não é assertivo como afirma o título da matéria, mas exprime dúvidas que deveriam ser mais bem analisadas.

Num outro *box* na mesma página relata-se a constatação de duas fraudes no sistema de cotas implantado em 2005 na Universidade Federal da Bahia: a de uma aluna que não teria estudado em escola pública e de outro aluno que “não seria claro que descende de índios”. Sabemos que os jornais têm diferentes maneiras de se posicionar. O uso de notícias com o contraponto em *box* contendo entrevistas opinativas sobre o tema ou o relato de situações que, de certo modo, a desqualificam, mesmo que não declaradamente, é um deles. No caso citado, o título faz uma afirmação categórica para um assunto que é tratado pelos três especialistas com ressalvas, o que, portanto, não corrobora o título. A prática de chamar atenção e, pelo título, dirigir a

leitura é também frequente nos meios de comunicação impressos, pois há leitores apenas de cabeçalhos.

No dia 10 de fevereiro a matéria de página aparece com o título “Quatro Anos É Pouco”. A informação se refere ao posicionamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – Andifes (leia-se reitores), que vai tentar alterar o projeto para estender os prazos de implantação e adaptação, mas não se posiciona contra o seu teor. Reforça ainda o apoio ao projeto do ministro da Educação, para quem as cotas “não prejudicam o mérito acadêmico”. Na seqüência da coluna, o subtítulo “Rico que Cursa a Escola Pública Pode Ser Cotista” pretende resumir a opinião do secretário da Andifes, que diz que o projeto beneficiará alunos de escolas técnicas e colégios militares cujas famílias teriam renda superior à dos estudantes de escolas públicas. Mais uma vez podemos perceber o direcionamento equivocado do subtítulo, pois o secretário se refere a famílias com renda superior às famílias dos alunos de escola pública que cursam escolas militares e técnicas, e não aos alunos de escola pública, muito menos aos “ricos de escola pública”. A seqüência da matéria entrevista líderes dos partidos de oposição, que consideram que o projeto “certamente fere a Constituição” e que irão tentar levar o projeto à votação do plenário da Câmara antes de ir ao Senado (por ter sido aprovado em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, não precisou ir ao plenário da Câmara). Ainda dessa mesma matéria consta a opinião do presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), que diz ser a entidade a favor da reserva de vagas para alunos de escolas públicas, “mas contrário às cotas raciais” e pela sua aplicação por um período de dez anos. Essa opinião parece deslocada, em princípio, do contexto do tema e não é acompanhada de justificativa.

Complementando a página, dois reitores de universidades federais do estado do Rio de Janeiro se posicionam, um contra e outro a favor. Embora o jornal tenha ouvido duas opiniões diferentes, o espaço de explicação

é muito maior para o reitor contrário, que arrola entre os motivos pelos quais é contra dois perigos a que esses alunos se submeteriam: dificuldade de acompanhar o curso e discriminação por parte dos colegas. Com relação ao primeiro perigo, universidades que já adotam a reserva de vagas, como a Uerj, atestaram bom desempenho dos alunos que entraram por esse sistema. Quanto ao segundo, o reitor parece aceitar que o preconceito é um dado natural e, como tal, não ocorre a ele que um trabalho de desconstrução de preconceitos poderia e deveria ser feito com alunos universitários, a quem deveríamos tentar educar para uma sociedade não discriminatória.



Num dos boxes da página algumas questões que são colocadas como problemas certamente deverão ser pensadas e são de importância menor, exceto a última, que questiona o critério para a declaração de cor. Sabemos que esse argumento tem sido usado exaustivamente como motivo para manifestações contrárias às ações afirmativas. Penso que não seria o momento para debater o tema no espaço deste artigo.

O segundo *box* relata a história de um estudante da Universidade Federal da Bahia que se sentiu prejudicado pelo sistema de cotas no vestibular para medicina. Classificado em centésimo lugar num curso de 160 vagas, foi preterido porque a UFBA reserva 45% de vagas para cotistas. Seus pais impetraram vários recursos na justiça, sem entretanto obter êxito. O caminho encontrado foi prestar novo vestibular, no qual o aluno passou em primeiro lugar. O estudante diz não ser contrário às cotas, mas considera que um aluno pobre não pode prejudicar outro pobre por ser negro. Pelo exposto, ele se considera aluno pobre apesar de ter estudado sempre em bons colégios particulares, e atribui o mérito a seus pais, que “se sacrificaram para lhe dar uma educação melhor”. Na seqüência, a matéria volta a insistir nas fraudes e na necessidade de investigação rigorosa pelo Ministério Público da Bahia.

Completando a análise descritiva da página há uma foto de uma sala da Universidade Federal do Rio de Janeiro na qual se realizou o vestibular deste ano, onde o sistema de cotas não foi implementado. Nas possibilidades que uma foto de jornal permite identificar, é possível perceber que, numa classe de aproximadamente 35 alunos, não há nenhum que, à primeira vista, possa ser identificado como afrodescendente.

Na mesma edição, entrevista com geneticistas aborda relatos de estudos que demonstram que, pelo DNA, é possível identificar a ancestralidade dos brasileiros. O tema serve de “gancho” para desembocar na questão das cotas. A opinião do professor entrevistado alerta para o perigo de elas aumentarem a racialização da sociedade e para a necessidade de o governo cuidar para

não fomentar “tensões e divisões arbitrárias no povo do Brasil, país onde igualmente somos todos essencialmente diferentes”. Essas afirmações receberam o título do alto da página “Reserva das Vagas: Professor Alerta para o Risco de se Fomentar Racismo”. Parece-me que a leitura atenta das palavras do entrevistado não autoriza a afirmação que o título propõe.

No *box* dessa página há entrevista com uma professora de história, também citada como ativista do Movimento Negro. Todas as perguntas feitas pelo jornal são formuladas para saber se o projeto tem realmente algum valor para democratizar a universidade e se a sociedade está preparada para ele.

Na mesma edição podemos conhecer a opinião oficial desse meio de comunicação pelo editorial crítico ao sistema de cotas intitulado “Bom-mocismo”. Atribui a aprovação do projeto de reserva de vagas para alunos da escola pública, negros e índios ao clima de bom-mocismo que predomina no país para desviar a atenção dos desastres que atingiram o poder. Considera o projeto, entre outras coisas, uma violência, inconstitucional, opina que a universidade não é feita para “distribuir benesses, e para corrigir injustiças sociais... é cara demais para isso”. Afirma que a solução está na melhoria do ensino público do nível médio, aproveita para atacar as greves das universidades e sua baixa produtividade, e considera o projeto demagógico, um “saco de bondades”.

O último dia dessa amostra colhida para ilustrar o tema reforça com grande destaque a posição do presidente da Câmara e a sua defesa de que o projeto volte para ser votado em plenário, antes de ser enviado ao Senado, e tem o título “Ritmo Mais Lento nas Cotas”. Com o subtítulo de “projeto privilegia ricos”, aborda a opinião do deputado líder do PSDB sobre o projeto, que o considera um “descalabro total”, pois, segundo sua interpretação, “está beneficiando os ricos”, não concordando que quem estuda em escola pública é mais pobre do que quem estuda em escola privada. Nesse caso, o título corresponde exatamente às palavras do deputado e ao seu pensamento.

Outros líderes de partidos de oposição se colocam contra o procedimento da votação e criticam o projeto, e a opinião final do presidente da Câmara, deputado pelo PC do B, é que, embora não se possa comparar o preconceito racial do Brasil com o dos Estados Unidos e da Europa, concorda que aqui existe preconceito e desigualdade. Para ele, a dúvida é se as cotas são o caminho ou se haveria outro mais adequado como solução para o problema. Pequeno editorial, em *box*, reforça a opinião do editorial do dia anterior: defende a ida do projeto a plenário e termina dizendo que “a discussão [...] se bem conduzida pode até ter o melhor dos desfechos: a derrota do projeto”.

O *box* dessa página noticia que a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que reúne escolas particulares de todo o país, anuncia que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal se o projeto for aprovado, pois “não pode haver distinção baseada na origem, na cor dos olhos ou na altura, ironiza o presidente da entidade”, e continua: “Daqui a pouco, vai concluir a faculdade não quem é mais competente e sim quem é preto, índio ou veio de escola pública. E a sociedade vai começar a recusar o título”.

A página seguinte dá notícia de que o reitor da UFBA, onde o sistema de cotas vigora desde o ano passado, considera que apenas 25% dos alunos teriam necessidade das cotas para entrar na universidade, enquanto os outros poderiam ter entrado sem elas. Apesar disso, defende o sistema e considera que a implementação das cotas na instituição não prejudicou seu funcionamento. Prevalece no título a primeira parte de suas considerações: “Apenas 25% dos Cotistas Precisaríamos Mesmo do Sistema na UFBA, Diz Reitor”. Em seguida, relata a opinião do ministério público sobre fraudes, assunto que, pela terceira vez consecutiva, é abordado no jornal. O título: “Procurador Critica Implantação de Forma Açodada”. A matéria abaixo dessa relata a experiência da UFMG, que adotou como alternativa às cotas a criação de cursos noturnos para ampliar o acesso aos alunos de baixa renda. O título, mais uma vez, decreta que essa é a

alternativa: “Curso Noturno, a Alternativa que a UFMG Adotou”.

As 14 cartas dos leitores sobre o assunto publicadas no dia 10 de fevereiro foram todas contra as cotas; no dia 11 do mesmo mês foram 8 cartas, sendo duas a favor. Entre os argumentos contra encontram-se: críticas ao ensino público médio e opinião de que na melhoria dele encontra-se a solução; as cotas são racistas; são uma forma de discriminação; o projeto fere a igualdade; vai baixar o nível dos profissionais; é demagógico; as universidades deveriam exigir só o mérito; cotas iriam nivelar por baixo; as empresas não seguirão o mesmo sistema e vão empregar os melhores alunos das melhores escolas. Ao lado dessas justificativas para os leitores serem contra, algumas outras razões dadas por eles merecem destaque por ilustrarem com mais propriedade que a sociedade está muito longe de aceitar a existência do racismo, como foi colocado anteriormente. Um leitor diz que, “além de demagógica e arbitrária, tal medida, se aprovada, oficializa a discriminação no Brasil e pode servir de embrião para o racismo”. Outro afirma: “O discurso de que os negros foram escravizados e explorados é bom para quem não tem conhecimento de história, pois, ao longo de toda a escravidão neste país, os brancos também tiveram uma vida sofrida. Em toda Antiguidade clássica milhões de brancos foram escravizados. Ter sido um dia escravo nunca vai ser um privilégio dos negros”. Um pai ofendido escreve: “Quero saber se vou ter de continuar pagando a mesma quantidade de impostos se agora, por força de lei, meus filhos terão menos direito de entrar na universidade pública do que os filhos de outros brasileiros”.

Para terminar, no dia 23 de fevereiro, quando o tema já havia saído das manchetes, um leitor diz: “Que irracionalidade! Estou me referindo ao problema de cotas para outras raças que não a branca. Discriminação? Ignorância! Será que o poder público não percebe que estão querendo institucionalizar o racismo? O valor de uma pessoa não está na sua raça ou na cor mas só no seu mérito. Se sou aprovado numa faculdade não será

porque sou colorido ou o que quer que seja. O que sempre prevalece é o merecimento. *Se vivemos pacificamente, por que mudar?*” (grifos meus).

Nas duas cartas a favor, um leitor não identifica sua etnia e o outro, que se reconhece afrodescendente, defende a ocupação de postos na proporção numérica da população afrodescendente no país, considerando que há pressão internacional sobre o governo para atender reclamos dos negros, e finaliza: “Será que querem que empreendamos uma luta à la Nelson Mandela, Martin Luther King? Ou preferem à la Palestina?”.

Complementando essas observações, acompanhei numa edição do *Jornal Na-*



*cional*, principal telejornal da Rede Globo e um dos programas de maior audiência da televisão brasileira, a transmissão da notícia da aprovação do projeto de reserva de vagas nas universidades e escolas técnicas federais. Após dar a notícia, o repórter entrevista um professor de uma universidade federal que, ao explanar sua posição contrária, foi perdendo o controle e terminou vociferando contra o projeto. Corta, e passamos a outra notícia. Nenhuma outra voz, mais racional, ou menos destemperada, ou a favor, foi ouvida.

Os meios de comunicação, concessões públicas no nosso país, muitas vezes não usam seu poder e dever de prestar serviço de esclarecimento à imensa população que atingem. Os receptores, mesmo não sendo uma audiência passiva, muitas vezes têm na televisão e no noticiário que nela assistem o único meio de informação. Se uma notícia lhes for transmitida direcionadamente, a partir de uma ótica única, como no exemplo citado, a reelaboração do discurso do emissor será uma reprodução do discurso do receptor, e não um novo discurso apropriado por este, a partir de uma opção que a diversidade de opiniões lhe permitiu formar.

Na exposição aqui feita sobre as matérias de *O Globo*, podemos ver que o posicionamento do jornal é explicitado no editorial. O tema da reserva de vagas é polêmico e ser contra não caracteriza, obviamente, uma posição racista. No seu editorial, o jornal tem o direito democrático de expressar sua opinião. Sabemos que articulistas que assinam matérias nas revistas ou jornais diferem com relação a um mesmo tema, tanto entre si como em relação à postura do meio onde escrevem, e expressam isso nos seus textos assinados.

Mesmo explicitando sua posição contrária, os meios de comunicação prestariam um serviço importante, por exemplo, se informassem ao leitor ou ao telespectador o que são políticas de ações afirmativas, como elas têm sido debatidas no Brasil e como têm sido implementadas em diversos países. O Movimento Negro e militantes de diversas organizações no Brasil inteiro têm debatido e lutado por uma política social para compensar a discriminação e minimi-

zar desigualdades que atingiram e atingem grupos historicamente discriminados, como os negros. Para isso, propõem ações de planejamento e implantação de políticas públicas, destinadas a ampliar recursos de educação, moradia, saúde e emprego àqueles a quem esses direitos foram negados ou dificultados por ações e atitudes preconceituosas, discriminatórias e racistas. Ações afirmativas contemplam uma diversidade de medidas e de programas. Entretanto, por falta de informação, ou por informações parciais e pouco esclarecedoras, a grande maioria dos cidadãos brasileiros entende que as ações afirmativas se traduzem e se resumem às cotas na universidade. E são contra, ou porque seus filhos vão perder vagas na hora de competir, ou porque o “nível do ensino corre perigo de rebaixamento”. Outro argumento usado, quase lugar-comum, defende que só o mérito deve contar no vestibular. Quanto ao rebaixamento do nível de ensino, muito debate e reflexão deveriam ser feitos em torno desse “nível”, de como se encontra esse nível, mesmo nas universidades públicas. Essas lutam com evasão de quadros, aposentadorias precoces de professores, sempre ameaçados com mudanças nos regimes de aposentadoria, falta de verbas e, em alguns casos, até recursos mínimos de funcionamento. Quanto ao mérito, poderíamos lembrar que o aluno de escola particular, na maior parte dos casos, pertence a uma família com alguns recursos e, muitas vezes, capital cultural. Ele pode, além de freqüentar boas escolas de ensino médio, preparar-se também em cursinhos pré-vestibular, apenas estudar e não trabalhar, além de se alimentar bem, ter carro na família e ampliar seus conhecimentos viajando, freqüentando cinema, teatro, etc. O aluno pobre, negro, que não tem a mesma situação e nem muitos desses privilégios, ao demonstrar desempenho suficiente para entrar numa universidade, terá o mesmo mérito, pois o que conseguiu foi com dificuldade, e seu mérito talvez não possa ser medido somente no número de acertos nas questões das provas do vestibular.

Passando a fazer algumas observações sobre as matérias de jornal abordadas neste

artigo, percebemos que a página se compunha de um corpo principal, que informa sobre a aprovação do projeto e colhe opiniões dos dois lados, contra e a favor. Alguns recursos, entretanto, foram usados para orientar a discussão no sentido da posição do jornal. Os títulos afirmavam questões que no corpo da entrevista eram apresentadas com dúvidas pelos entrevistados. Matérias e entrevistas nos boxes ou desqualificavam o projeto ou mostravam algum exemplo de alguém que se sentiu prejudicado pelas cotas. Opiniões de dirigentes de escolas particulares, emitindo críticas, usando até frases irônicas contra alunos de escolas públicas, negros e índios, indicam um tratamento não sério do tema. Mais grave ainda é a “profecia” que esse dirigente verbaliza, de que os egressos desse sistema não terão chance no mercado. Na opinião dele os beneficiados pelas cotas devem ser indivíduos “totalmente irrecuperáveis”, pois nem a universidade os salvará. Talvez ele venha a propor que seus diplomas saiam carimbados com a palavra: COTISTA!

A discussão apresentada nessas matérias de jornal demonstra ainda que nem mesmo os políticos, que têm a responsabilidade de legislar sobre a questão, conhecem bem o assunto. Emitem opiniões e se comportam dentro de um direcionamento político-partidário: se o projeto tem o respaldo do governo, os partidos de oposição são contra. Os políticos da situação tampouco têm argumentos sólidos para defender posições. O presidente da Câmara, deputado de partido aliado ao governo, limita sua atuação a regulamentar o modo como a votação deverá ser feita e afirma que não pode se posicionar nem contra nem a favor. Ao lado de argumentos pouco consistentes ou mesmo de má-fé, uma questão importante é freqüentemente trazida como solução: a melhoria da escola pública, possibilitando aos seus alunos concorrer em igualdade de condições com os das escolas privadas. Ninguém duvida disso, nem é contra. Não se têm percebido, porém, propostas sérias e ações efetivas por parte dos últimos governos no sentido de reabilitar a escola pública. Se uma política de melhoria dessa escola

fosse realmente implantada já, teríamos que esperar alguns anos ou décadas para vê-la dar resultados. Mas talvez esse seja um bom motivo para protelar atitudes mais imediatas. Além disso, a escola pública teve excelente qualidade até, digamos, meados dos anos 60. Não me parece que nessa época os alunos negros ou índios povoassem as universidades públicas brasileiras!

Com relação às cartas dos leitores, me parece estranho que, de 25 cartas que colhi em três dias, somente duas selecionadas para publicação fossem favoráveis ao projeto de reserva de vagas. Dessas duas, uma contém um teor ameaçador: transformar o Brasil numa Palestina!

Esse deve ter sido um bom motivo para publicá-la. Pelo que podemos depreender do conteúdo dessa amostra de cartas de leitores, o racismo, tanto como termo, quanto como realidade presente em nosso país, é invocado para ser negado. Ao contrário, as cotas é que são taxadas de racistas, por fomentarem o racismo, suscitarem uma discussão que obrigaria as pessoas a serem separadas e definidas por raças quando, na verdade, somos um povo miscigenado. Sem entrar no mérito de importantes estudos genéticos que questionam o termo e o conceito *raça*, e sem também opinar se, cientificamente, ela existe ou não, penso que existe na cabeça e no imaginário dos brasileiros, funciona como se existisse e orienta comportamentos em diversos momentos, como por exemplo, quando policiais abordam suspeitos.

A pouca ou, às vezes, nenhuma consciência ou aceitação que as pessoas dos mais diferentes estratos e camadas sociais têm da existência desse racismo pode ser aferida por quem se disponha a ouvir e sentir. O difícil é provar. Por isso, todos os anos, quando abordo esse tema em sala de aula no curso de graduação da ECA, levo um enorme pacote contendo material de jornais e revistas que divulgam pesquisas esporádicas sobre desigualdades com base na raça. Busco filmes, trechos de telenovelas e peças de publicidade para ilustrar minhas aulas. Parando para pensar nisso, me questiono se não estou fazendo o papel de um vendedor ambulante, um mascate,

vendendo um produto com a esperança de que meus alunos, se o consumirem, estarão mais bem preparados para serem profissionais de mídia, mais atentos e conscientes. Suspeito que a quantidade e a qualidade dos trabalhos acadêmicos ainda não ecoaram na sociedade de forma a alterar de modo substancial a idéia de um país, se não da democracia, pelo menos da acomodação racial. As vozes dos que militam de tantos lugares e com tanta força por transformações parecem ser ainda muito fracas diante de tanta resistência.

Para terminar essas reflexões, relato matéria do mesmo jornal *O Globo* do dia 24 de fevereiro, véspera de carnaval, intitulada “Passistas Profissionais Lotam as Academias de Ginástica”. Assim começa o artigo: “Profissão: mulata. Como a gueixa japonesa ou a dançarina de hula-hula havaiana, mulheres que mais traduzem o carnaval já nascem feitas. Mas de uns anos para cá escolas de samba estão pagando academias de ginástica para suas mulatas-passistas [...]”. Seguem-se vários exemplos de mulatas que deixaram seus empregos para serem passistas profissionais e uma grande concorrência nas academias para atendê-las. Comentários são feitos sobre a necessidade de esculpir o corpo, “malhar”, ser “sarada”, ter *personal trainer*, etc. Já os “puristas” não gostam dessa novidade porque preferem o tipo original. Diz um “mulatólogo”: “Os quadros de Debret mostram os negros carregando um fardo na cabeça, o que criou aquela curva no final da espinha, daí a coxa grossa, a canela fina, a bunda alta. Essa era a mulata, quadris grandes, coxonas. Hoje continuam lindas, mas muito esguias”. Parece que ninguém é contra a reserva de vagas em academias para a profissão de mulata!

Futebol e samba, que foram identificados pelos pesquisadores nos anos 60 e 70 como nichos nos quais o negro encontrava oportunidades, pelo menos no caso do futebol, revelam-se hoje como local de duras manifestações de racismo. São freqüentes notícias de times e torcidas em diversos países da Europa que levam para o campo de futebol manifestações racistas, demons-

trações nazistas que grassam em seus países. No futebol globalizado os times contratam, pagando fortunas, jogadores da África, do Brasil e de outros locais que são considerados “não-brancos”. A revista *Veja* de 15 de fevereiro de 2006 noticia que até o papa está preocupado com a “discriminação racial” nos esportes. Às vésperas de uma nova Copa do Mundo, estuda-se punição para torcidas e times que se ofendam com termos racistas. O responsável pelo setor de futebol do Centro de Monitoramento de Racismo e Xenofobia da União Européia considera que solucionar problemas de racismo no futebol não é simples. Ele vê “necessidade de campanhas de informação, trabalho com a comunidade local, códigos de ética para clubes e banimento de torcedores racistas” (*Veja*, 8 de março de 2006).

Em matéria dessa revista lê-se que um jogador de um time italiano, oriundo da Costa do Marfim, ofendido por xingamentos racistas, saiu chorando de campo. As duas fotos mostram a torcida de um time italiano levantando bandeiras com a suástica, e um jogador do mesmo time com o braço direito levantado fazendo saudação fascista para a torcida. Outros conflitos são relatados envolvendo árabes que vivem na França e franceses que precisam ser separados nos campos de futebol da França. Relata a situação de um time da Holanda que, dirigido por um judeu, era constantemente provocado pela torcida do time rival com um assobio, alusivo às câmaras de gás, e com menções ao campo de concentração de Auschwitz. Em represália, os jogadores do time agredido assumiram identidade judaica e levam bandeiras de Israel aos estádios, e alguns exibem a estrela de Davi tatuada no braço, mesmo sem serem judeus.

Recentemente, jogador brasileiro, branco, que jogou na Itália e de quem consta ter sido lá discriminado por ser brasileiro, foi expulso em um jogo realizado em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, por ter dado uma cotovelada em um adversário. Saiu de campo xingando aquele adversário de macaco e passando a mão no braço, em gesto de apontar com o indicador, para o jogador negro que motivou sua expulsão, sua pele.

Questionado posteriormente, alegou que limpava sangue do braço machucado. Só que as câmaras de televisão focalizaram o gesto se repetindo nos dois braços. Em seguida, alegou que quis mostrar sua superioridade perante o outro por ser um jogador de tradição que já vestira outras camisas importantes. Assim, segundo ele, o gesto da mão no braço seria para apontar a camisa. Foi, porém, questionado nessa explicação, pois para isso seria muito mais próprio que ele apontasse para sua própria camisa e não para o braço! Apesar dessa atitude, o jogador recebeu apoio de dois antigos companheiros de clube, negros, que disseram ser ele grande amigo deles. O racismo nele aflorou na situação de tensão e, ao atingir o rival, foi pautado por um sentimento diverso daquele que nutria por companheiros do clube, que ele conhecia e aos quais dedicava amizade. Sabemos que laços pessoais minimizam reações preconceituosas. O jogador foi punido pelo Tribunal de Justiça Desportiva com suspensão de 120 dias por agressão física e mais quatro jogos por atitude antidesportiva.

Protagonista de uma história emocionante, um juiz de futebol, professor da escola de futebol do Clube dos Oficiais da PM de São Paulo, arbitrava partida final num campeonato interno quando, ao mostrar um cartão amarelo para um jogador que havia cometido falta, foi agredido verbalmente por um coronel, jogador do mesmo time, antes de o companheiro ser expulso.

O relato dele diz mais do que qualquer narração: “O coronel Chiari se interpôs com força. Lembro que fiquei transtornado... achei estranho ele me dar um beliscão e gritar... a partir daí foi tudo muito chocante: o coronel me deu um empurrão, eu levantei o cartão, ele me confronta. – Ah é? Você vai querer me dar cartão? Vou ter de sair de campo? – Por favor, coronel, retire-se, respondi. Ao que ele responde: – Tinha de ser essa cor de merda. Preto. Macaco. Tinha de ter essa pele cor de merda”.

A bela reportagem da jornalista Dorrit Harazim publicada no jornal *O Globo* de 5 de fevereiro de 2006 relata a história desse homem negro, pobre, que mora numa casa

humilde da periferia de São Paulo com a mãe, duas irmãs e alguns de seus oito filhos. É contratado do clube como professor na escolinha de futebol, com carteira assinada, plano de saúde e outros benefícios trabalhistas, por um salário pequeno mas indispensável para a sobrevivência da família. Não conseguiu realizar o sonho de ser jogador de futebol, apesar de várias tentativas, estudou por conta própria, leu livros sobre arbitragem, fez curso na Federação Paulista de Futebol e as partidas que arbitra representam uma fonte de ganho extra. Após o episódio, pensando em tudo o que poderia perder, sentiu-se indeciso quanto à atitude a tomar. Relata que depois da expulsão e do xingamento ainda apitou mais uma partida e que ouviu durante o jogo uma voz que vinha da torcida e o chamava de “macaco f. da p.”. Relutou para virar-se e quando o fez percebeu que era o filho do coronel. Sua tristeza foi maior, pois o garoto havia sido seu aluno. Foi procurado por pessoas que o incentivaram a fazer um boletim de ocorrência, mas também por outras que lhe diziam para deixar como estava, pois ele perderia o emprego. Dividido e indeciso, somente depois de 45 dias resolveu ir a uma delegacia e abrir um B.O. O relato de como essa atitude nasceu e cresceu nele como fruto de um amadurecimento e conscientização pode ser um pouco apreendido nas suas palavras: “Só decidi ir em frente quando me dei conta de que eu iria abaixar a cabeça para ele toda vez que o encontrasse [...] desde o dia 19 de janeiro me sinto mais inteiro [...] reuni todos os meus filhos e expliquei que o pai deles estava nascendo ali. Choramos [...] não sei no que vai dar, mas o ato que o coronel teve comigo ele não vai ter com mais ninguém”.

Sabedor da possibilidade de ser indiciado pelo crime, o coronel chamou o juiz para conversar, mas em nenhum momento para se desculpar. Apesar de dizer que não quis dizer o que disse, que era religioso e que até recebia preto velho, terminou a conversa perguntando ao juiz se ele sabia que ele havia sido comandante da Rota. O que ele não disse foi que também faz parte de sua biografia estar entre os policiais

denunciados pelo massacre do Carandiru em 1992. A tropa que comandava na época, como tenente-coronel, foi responsável pelo maior número de mortes do Pavilhão Nove. Ele foi um dos comandantes de ação afastados como resultado da investigação. A reportagem ouviu o presidente do clube, um coronel aposentado, que disse que não tinha visto nada; que, como quase dois meses haviam passado, achou que o assunto tinha morrido; e que o juiz deveria saber que árbitro de futebol tem que ter duas mães, e que se ele não queria ser constrangido deveria entrar para um seminário. Questionado pela repórter se a ofensa fora de cunho racial ele insistiu que não havia visto nada e que o coronel acusado tem muitos amigos negros, “é uma pessoa doce, espiritualista, bastante diferenciada... ele nem guarda mágoa nem de confronto. É uma pessoa muito doce”.

Dias depois da publicação da matéria, um colunista de *O Globo* afirma, em pequena nota, que o juiz fora abordado na rua por policiais que lhe pediram documentos e, constatando que estavam em ordem, o teriam agredido fisicamente.

Depois da denúncia o juiz foi vítima de punição branca, qual seja, foi afastado de suas funções, com vencimentos, sob alegação de que sua documentação junto à Federação estava incompleta. O estagiário do clube que se dispôs a testemunhar a seu favor teve o contrato rescindido no dia seguinte à divulgação da matéria, na qual ele também é entrevistado, confirma a história e se declara testemunha do juiz. O jovem é branco e estuda numa universidade onde o coronel é “consultor”. A direção do clube afirmou à reportagem do jornal que a demissão do rapaz nada tinha a ver com o caso.

A matéria toda vale por uma aula sobre racismo no Brasil, contemplando suas múltiplas facetas e nuances. A agressão em si, as palavras usadas pelo coronel para ofender o juiz, a remissão a macaco, que é uma das ofensas racistas mais perversas, se é que uma pode ser pior do que outra. A indecisão do juiz, o receio de perder o emprego. Sua surpresa, quase incrédula, de ter sido agredido no seu ambiente de trabalho, onde ele

se imaginava respeitado. A decepção com o menino que foi seu aluno e as conversas de “deixa para lá” que ele escutou. A conquista amadurecida de sua dignidade e o relato de seu “nascimento” perante os filhos dão alento para acreditarmos na mudança. Por outro lado, também fazem pensar que às vezes uma situação de conflito declarado, embora dolorosa, pode agir de modo mais efetivo do que circunstâncias, ações e atitudes nebulosas, nas quais o racismo se insinua “mas não diz seu nome”.

O racismo, como camaleão, raras vezes ganha contornos explícitos, como no caso acima. Em outras ocasiões, bem mais frequentes, ele tem uma conotação mais sutil, se insinua de um jeitinho mais escondido, mais à moda brasileira e, por isso, permanece impune.

Focalizarei agora, apenas pontualmente, a telenovela brasileira, campo que venho estudando há três décadas, ao lado de outros pesquisadores que também a elegeram como uma arena importante para perceber relações interétnicas, mudanças e permanências na representação dessas relações. Tenho usado uma frase banal, mas que me parece sintetizar o movimento de vai-e-vem que caracteriza o modo como a representação ficcional seriada tem abordado a questão racial. Ela dá um passo à frente e dois atrás ou, se quiserem, pode ser o contrário: dois à frente e um atrás. Esse movimento não parece obedecer a um planejamento ou direcionamento das emissoras de televisão. Ele ocorre mais ao sabor de horários de exibição, do autor e da temática abordada.

Falar em telenovela remete à emissora que se constituiu, nas últimas décadas, a referência em termos de “padrão de qualidade”: a Rede Globo. No ano passado, entretanto, outra emissora despontou com um núcleo de telenovela procurando se colocar como concorrente na produção desse gênero ficcional: a Rede Record. Estreante dessa nova fase da Record, a telenovela *Prova de Amor* apresenta um núcleo de família negra. Alguns autores já declararam que não colocam famílias negras em suas novelas porque não sabem como retratá-las. Isso já foi abordado em pesquisas anteriores que



realizei, em que analiso a novela *A Próxima Vítima*. Em *Prova de Amor* percebemos que a família composta do marido branco, mulher negra, uma filha adolescente, dois filhos crianças e a sogra, durante dois terços da novela não teve nenhum papel dentro da trama. Suas aparições se limitavam a conversas banais à mesa. Em várias cenas a mãe da família conversava com a avó sobre o sentimento das plantas. Há também um papagaio que dialoga e intromete-se em todos os assuntos da família. As cenas à mesa eram sempre de conversas fúteis e alegres, com o pai repetindo o bordão “Dia lindo!”. Nada lembra uma família real. O pai, taxista, era o único que se relacionava com outros personagens, quando estes usavam seu táxi. Na fase final em que a novela se encontra, alguns entrelaçamentos com outros personagens começaram a ocorrer. A filha do casal, adolescente, foi enganada e engravidou do vilão milionário, e a criança que foi raptada da protagonista principal foi parar na casa dessa família.

A atual novela das 20 horas da Rede Globo, *Belíssima*, foi anunciada como uma telenovela que iria tratar das etnias que construíram São Paulo. Propunha-se a mostrar a cidade “como grande metrópole que abriga pessoas de várias etnias, faixas etárias e classes sociais” (*Folha de S. Paulo*, 7/11/2005). Nas palavras da

atriz Fernanda Montenegro “a novela vai mostrar São Paulo, um caldeirão multicultural, como cenário onde as várias nacionalidades presentes formam a identidade única do paulistano”. Essa proposta tem sido desenvolvida da seguinte forma: há um núcleo de família composta por marido turco e mulher grega, seus filhos e netos. Uma das filhas do casal foi casada quatro vezes: com um descendente de italianos, um português e um judeu, e de cada um ela tem um filho. O quarto casamento, que também já terminou, foi com um japonês viúvo que tem dois filhos.

E aí estão as etnias representadas! A família do ex-marido judeu é composta por ele e a mãe. Nas cenas em que essa família judia aparece contracenando com a família grega, há ofensas e acusações mútuas com base na ascendência étnica de cada uma. A mãe representa o estereótipo da *yidiche mame*: domina o filho, quer dominar o neto e odeia a ex-nora.

A família japonesa é totalmente estereotipada, principalmente o pai, que fala e age como o japonês já visto nas propagandas de televisores de marca japonesa: aperta os olhos e exagera num suposto sotaque japonês. O cenário da casa em que a família mora também é “inspirado” num estilo supostamente japonês. Conversei com algumas pessoas nisseis e sanseis que não sentiram nenhuma identificação com essa família, que consideram totalmente distante da sua própria, além de não se sentirem bem com o tratamento estereotipado.

Com relação ao afrodescendente, a promessa de mostrar as etnias que formaram São Paulo se limita a três personagens, não relacionados entre si por laços familiares. Um deles é funcionário de uma agência de modelos, já foi usado pela menina linda, branca de olhos azuis, rica e modelo, para fazer ciúme para o amante dela, que também é marido de sua mãe. Pensando que realmente ela estaria aceitando um romance, procurou um contato com a moça, que o dispensou com um piedoso “tenha a paciência...”. A outra personagem é atriz, mestiça, filha de pai negro e que se considera negra apesar de ter tido, ao longo de sua carreira, seu

tipo físico “embranquecido” com recursos como, por exemplo, os cabelos lisos. Ela é empregada doméstica e sua família é composta de pai e irmão, ambos brancos de olhos azuis. A explicação dada para essa estranha família é que ela é filha do segundo casamento do pai com sua mãe negra, que morreu. A terceira personagem é uma moça negra que já foi empregada de bar e agora é operária. Tanto o rapaz negro citado acima quanto ela não têm família. A moça envolveu-se recentemente com o filho de uma mulher, amiga da mãe grega. Essa mulher é uma personagem divertida, dominadora, e seu filho um rapaz inseguro que, quando pressionado pela mãe, gagueja. O namoro tem dado oportunidade de manifestações de racismo explícito por parte da mãe, que chama a moça de negrinha, diz que para ela “quando passa das seis é meia-noite”, a chama de “negrinha metida” e outras frases de domínio popular usadas para se referir a negros. As ofensas dirigidas à moça devido a sua cor são repreendidas pela amiga grega. Quando o filho tenta se posicionar a favor da namorada é chantageado emocionalmente pela mãe, o que faz com que ele se recolha à sua insegurança e gagueira. A moça negra tem feito sua própria defesa em discursos que poderiam colaborar para desconstruir o preconceito. Entretanto, esses discursos, por enquanto, não foram além de momentos curtos e sem continuidade. Outras novelas já usaram o recurso de colocar na boca de uma personagem meio vilã, meio engraçada, falas racistas. Todas elas tiveram finais de congraçamento, seja pela punição do vilão ou vilã racista, seja pelo casamento e nascimento de uma criança que “misturou os sangues”, ou outras soluções conciliatórias.

A partir dos anos 90, a propaganda percebeu no afrodescendente um potencial consumidor. Criticada pelo Movimento Negro, que denunciava a invisibilidade e a falta de representatividade do negro nas campanhas, e premiada pelas multinacionais que, pautadas pelo politicamente correto, ou não, contemplam nos seus anúncios publicitários a diversidade, a propaganda abriu-se para o afrodescendente. Como



Foto: Joel Ghivelder

está acontecendo essa abertura, em termos qualitativos e quantitativos, a análise dessas propagandas e de suas mensagens, ainda está demandando pesquisa.

Por ora, e para explicar o inusitado título dado a este artigo, quero comentar uma propaganda que no meio desse processo de mudança representou um dos mais infelizes retrocessos dos últimos anos na área da comunicação. A cena é uma selva onde um homem branco, vestido como para um safári, é aprisionado por uma “tribo” de negros pintados e vestidos à moda tribal, sugerindo um ritual, com um caldeirão ameaçador, preparado para recebê-lo. No chão, dominado, ele encontra um pé de alface, tira uma folha, molha num vidro de maionese e oferece ao chefe, que experimenta, faz “hummm!”, emite mais alguns ruídos à guisa de fala e, com isso, o homem branco se salva do caldeirão. *Outdoors* reproduziram esse anúncio com dois personagens, o rapaz

branco do safári e o sorridente chefe tribal. A legenda diz “com Hellmann’s até canibal vira vegetariano”. Os modelos negros da propaganda eram bonitos e sorridentes. O mercado se abriu para eles! A entrega da folha de alface lembra algo como “te amanso negro”, frase que representa o encontro do branco com o índio. Ao invés de espelinhos, uma folha de alface!

Interpelado por entidades negras, o Procon pediu à empresa dona da marca da maionese que retirasse a propaganda do ar. Entretanto, continuei a ver o anúncio veiculado numa versão que os criadores e a empresa devem ter achado mais “suave”. Agora, aparece apenas a parte final em que todos os “membros da tribo” comem a maionese em conagração com o rapaz do safári. Alegres e sorridentes!

A vigilância e a ação precisam ser constantes. Não só das entidades do Movimento Negro, mas também da comunidade acadêmica. Todos nós que pesquisamos, defendemos e orientamos trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, publicamos livros e artigos, e devemos, enfim, nossas vidas e títulos acadêmicos à existência de “problemas raciais”, precisamos também, sem deixar de lado a teoria e a investigação científicas, dedicar mais tempo e energia a ações que promovam transformações da sociedade brasileira num caminho da equidade.

Como aqui explicitado, a opção deste texto não foi a do discurso teórico, mas a de compartilhar com o leitor desta revista dedicada ao racismo e às questões raciais algumas emoções que afloraram destes anos todos de interesse pelo tema e, inspirada em Roberto DaMatta, trazer para ele meus “Anthropological blues”. Desejo muito não ter que ouvir mais de motoristas de táxi que não transportam negros por medo de assalto. Não ouvir mais a jovem negra na praia do Rio de Janeiro passar protetor solar e dizer para a amiga que é para não se queimar muito porque os rapazes preferem as mais clarinhas. E, para terminar, desejo um dia começar as aulas da graduação na ECA numa classe onde haja alunos afrodescendentes, emoção que, este ano, mais uma vez não pude sentir.